



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Relações étnico-raciais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e Políticas Sociais

**Saúde Indígena em tempos de pandemia: o registro do descaso e da resistência para sobreviver**

Ana Gabriela Brock  
Ana Gabriela Brock  
Angelica Domingos  
Mariana Martins Maciel  
Moara Lais Palmeira Johann  
Rosa Maria Castilhos Fernandes

**Resumo:** Este trabalho socializa os resultados de uma pesquisa documental em meios de comunicação que teve como objetivo analisar as lutas sociais dos povos indígenas em defesa dos territórios e das políticas indigenistas no Brasil enquanto manifestações da questão social, para afirmação dos direitos indígenas. Destaca-se o ano de 2020 e a saúde indígena no contexto da pandemia Covid 19. Entre os resultados da investigação estão as violações à saúde indígena e, concomitante, as iniciativas políticas, sociais e jurídicas que resultam das lutas dos indígenas em movimento pela sobrevivência.

**Palavras-chave:** Saúde Indígena; Pandemia Covid 19; Pesquisa Documental; Violação de direitos; Resistência.

**Abstract:** This article socializes the results of a documentary research in the media in Brazil that aimed to analyze the social struggles of indigenous peoples in defense of indigenous territories and policies in Brazil as manifestations of the social issue, for the affirmation of indigenous rights. The year 2020 and indigenous health in the context of the Covid 19 pandemic stand out. Among the results are violations of indigenous health, and concomitant with the political, social and legal initiatives that are the result of and support the struggles of indigenous people in the movement for survival.

**Keywords:** Indigenous Health; Covid 19 Pandemic; Documentary Research; Violation of rights; Resistance.

## **I. INTRODUÇÃO**

Este trabalho é parte de uma pesquisa documental de natureza qualitativa intitulada “Manifestações da Questão Social: as lutas sociais dos povos indígenas em defesa dos territórios e das políticas indigenistas” que teve como objetivo geral analisar as lutas sociais



dos povos indígenas em defesa dos territórios e das políticas indigenistas no Brasil enquanto manifestações da questão social, para afirmação dos direitos indígenas. Entre os documentos analisados estão um conjunto de notícias relacionadas à saúde, à educação, ao território, a previdência, a assistência social, entre outros aspectos que emergiram e coletados em diferentes meios de comunicação tradicionais e alternativos, tais como: Folha de São Paulo, Jornal Zero Hora, Revista Veja, Revista Carta Capital, Jornal Le Monde Diplomatique e Mídia Ninja Tais documentos possibilitaram o mapeamento das principais manifestações dos indígenas no Brasil em defesa dos seus direitos, assim como das suas violações.

Inicialmente, o período de coleta das notícias compreendeu os anos de 2016 a 2019, quando foram coletadas 925 notícias, sendo: duas da Assistência Social, 31 da Educação, 48 da Saúde, 266 sobre Território e Meio Ambiente e duas na Previdência Social; ainda consideramos o item “outros” num total de 443 notícias sobre: cultura e arte, genocídio, internacionais (+133), mulheres e representação política. Ocorre que em 2020 ampliamos o estudo, tendo em vista a agudização das desigualdades no período de pandemia da Covid-19 e o acirramento das violações dos direitos indígenas colocadas em curso pelos interesses do capital, do agronegócio, da mineração, do mercado financeiro e do próprio projeto de governo neoliberal e que assume a postura de violar os direitos dos povos originários.

É sabido que a pandemia ocasionada pelo coronavírus (Covid-19)<sup>1</sup> - além de ter instaurado uma crise sanitária que desenhou um cenário inesperado e desafiador - se junta e agrava, concomitantemente, a uma crise social, política e econômica que assola a realidade brasileira. A pandemia também trouxe o desafio de compreender as dimensões e os desdobramentos considerando seus impactos sociais, econômicos, culturais, históricos e políticos no cotidiano das comunidades indígenas, assim como da população em geral. Neste contexto, os povos originários foram afetados de maneira particular considerando a desresponsabilização do Estado que ao longo da história vem contribuindo com o ataque aos povos indígenas e que dependendo do modelo de gestão governamental tende a violar e se equivocar com relação à proteção e sobrevivência dos indígenas brasileiros.

Importante ressaltar que essa postura estatal é histórica, pois possui um papel fundante no que diz respeito às violações e imposição das vidas dos povos originários, seja na tentativa

---

<sup>1</sup> Os primeiros casos de coronavírus foram registrados em novembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China. Em 2020 foram notificados os primeiros casos no Brasil e em 11 de março de 2020 o diretor geral da OMS, Tedros Adhanom, declarou o estado de pandemia mundial em razão do alto risco de transmissão e contaminação da COVID-19. (OMS, 2020).



de sua destruição, integração e, até mesmo, tentativa do desaparecimento destes coletivos. Ainda hoje observamos no Brasil, em pleno ano 2022, inúmeros ataques por parte do governo aos povos indígenas, como a tentativa de modificar ou burlar direitos constitucionalmente garantidos. Podemos citar o marco temporal, a incitação à grileiros, madeireiros invadindo terras indígenas e causando a morte de lideranças indígenas, entre tantos outros. De acordo com Domingos (2021), historicamente, com a invasão e esbulho dos territórios indígenas, no propósito de explorar e produzir nas terras, muitos coletivos indígenas foram mortos e perseguidos e outros confinados em pequenos espaços, chamados de aldeamentos, os quais acarretaram consequências drásticas aos coletivos indígenas. Também com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão que teoricamente seria de “proteção” aos coletivos indígenas, nos tempos da ditadura militar por volta dos anos 1964, acabou trazendo dizimação e quase o genocídio dos coletivos indígenas no Brasil. Com isto queremos ressaltar o quanto a relação com o Estado Brasileiro afetou e continua afetando o viver e modo de vida dos povos indígenas, refletindo assim sobre esta sobrevivência indígena que continua pautada até os dias de hoje nas garantias dos territórios, cujas violações extrapolam o que é garantido juridicamente. Haja visto os acontecimentos deste contexto pandêmico cuja a sobrevivência dos povos originários foi resultado de lutas sociais indígenas e de iniciativas de instituições e de segmentos da sociedade que se solidarizam com a defesa dos direitos dos povos indígenas.

Para fins de organização deste trabalho, além destas reflexões introdutórias, trazemos aqui fragmentos dos resultados da referida investigação referente ao ano de 2020, jogando luz na saúde indígena no cenário de pandemia da Covid-19. Tais análises mostram a emergência da discussão sobre o acesso dos povos originários à saúde e as violações que cercam a demarcação e preservação dos territórios indígenas.

## **II. OS REGISTROS DE UMA PESQUISA DOCUMENTAL NA PANDEMIA: A SAÚDE INDÍGENA**

De acordo com pesquisadores e pesquisadoras indígenas como Brulina Baniwa, Felipe Cruz Tuxá e Luiz Eloy Terena, estamos passando por um período sócio histórico que se trata de “um divisor de águas na história indígena no país concernente à conquista de maior autonomia e autodeterminação, inclusive ao que se destina a produção de memórias indígenas sobre a pandemia”. Foi partindo desse pressuposto que um coletivo de indígenas se juntaram para, por meio da escrita, deixar registrado as reflexões acerca do impacto da pandemia da Covid-19 sobre os povos indígenas no dossiê “Pandemia da Covid-19 na vida



dos Povos Indígenas” (2020), organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em parceria com a Revista Terena Vukápanavo. Para os autores e autoras este dossiê se trata de um ato de resistência e postura política que “se valendo do instrumento de demarcar espaço no mundo acadêmico com a escrita, onde se busca imprimir prática política estritamente aliada ao movimento indígena” (BANIWA; TUXÁ; TERENA, 2020, p. 6). Compreendemos - assim como este coletivo de pesquisadores e pesquisadoras indígenas - que as pesquisas em curso no Brasil envolvendo povos originários têm tido como protagonistas os próprios estudantes indígenas. Tal situação é uma realidade no nosso coletivo de pesquisadoras com indígenas e não indígenas que vêm se debruçando nos estudos sobre a questão indígena. Corroboramos com Baniwa, Tuxá e Terena (2020) quando dizem que “como consequência direta das políticas afirmativas que marcam a última década, como a Lei de Cotas de 2012, o contingente de indígenas com formação acadêmica tem sido crucial no enfrentamento à pandemia”. Também é neste contexto de educação superior, aqui afirmado como território acadêmico, que as pesquisas científicas que as pesquisas científicas desenvolvidas revelam as múltiplas expressões da questão social vivenciada pelos povos originários sejam as violações dos direitos indígenas ou a resistência que deflagram cotidianamente por meio das suas organizações, movimentos e profissionalização.

Estamos falando de pelo menos 60.000 estudantes indígenas e centenas de egressos que contribuíram a partir de suas expertises acadêmicas e profissionais em esforços voltados para conter o avanço da pandemia. São médicos, enfermeiros, agentes de saúde e nutricionistas indígenas cujas atuações foram cruciais nesse momento através da proposição de práticas de cuidado interculturais que colocassem os avanços da medicina ocidental em diálogo com as concepções tradicionais de doença e de cura de cada povo, pautando o isolamento social em termos culturalmente apropriados a cada realidade cultural. São também advogados, cientistas sociais, e profissionais de comunicação que somaram esforços ao movimento indígena em uma incansável disputa nas arenas das políticas interétnicas por planos de ação governamentais de enfrentamento à Covid-19, dando visibilidade à luta indígena nas redes sociais e demais plataformas de comunicação. (BANIWA; TUXÁ; VUKÁPAVANO, 2020, p. 6-7)

Entendemos que os esforços do movimento indígena, assim como a incansável disputa por “planos de ação governamentais de enfrentamento à Covid-19” e que deram “visibilidade à luta indígena nas redes sociais e demais plataformas de comunicação”, como o constatado por nós neste processo investigativo, são movimentos contra hegemônicos que contestam e resistem contra a ideologia dominante pautadas no neoliberalismo e na ótica de exploração do capital. De acordo com Maciel, Fernandes e Domingos (2020, p. 86) “as ofensivas por parte do Estado só pioraram para os povos indígenas”. É o Estado brasileiro se contrapondo às lutas históricas pela demarcação de terras indígenas, por meio de medidas nada democráticas e arbitrárias. Estado esse que não tem respeitado a consulta necessária aos povos indígenas conforme o estabelecido na convenção 169 da OIT, que obriga o governo a consultar os povos indígenas cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou outras



situações administrativas que possam afetar ou envolvem os indígenas diretamente. Ao contrário a “boiada vem passando”<sup>2</sup> e, como diz lamamoto, é “na raiz do atual perfil assumido pela questão social que se encontram as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo [...]” (2007, p.124).

Assim reafirmamos a importância da pesquisa neste contexto dando visibilidade aos interesses que estão em jogo e as lutas em defesa dos direitos indígenas incluindo aí a saúde, a assistência social, a educação entre outras políticas indigenistas. Importante ressaltar que na primeira fase da pesquisa referência deste trabalho, no que tange à política de saúde, foram coletadas (período de 2016 a 2019), ao todo, 48 notícias, que estão representadas em seis temáticas emergentes, quais sejam: Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)<sup>3</sup>; Casa de Saúde Indígena (CASAI)<sup>4</sup>; Programa Mais Médicos; Água; Saúde Mental Indígena e Medicina Indígena. Devemos pontuar que saúde é uma pauta de extrema importância na luta do movimento indígena.

A partir de processos de lutas, resistências e negociações, surge a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (BRASIL, 2002) e, posteriormente, estabelece-se a SESAI e outros órgãos responsáveis pela execução desta Política. Entretanto, a saúde indígena vem sofrendo constantes violações e destituições de direitos nos últimos anos, fato constatado a partir das notícias coletadas e analisadas nesta pesquisa, assim como os embates e resistências travadas pelas comunidades indígenas e socializadas em obra organizada por Fernandes e Domingos (2020).

A coleta de notícias do ano de 2020 teve como foco identificar as violações e resistências dos povos indígenas no Brasil no período da pandemia. A partir dessa delimitação, as notícias foram organizadas entre as categorias Saúde, Território e Meio Ambiente. Acerca dos meios de comunicação, seguiram sendo: Carta Capital (N 48); Folha de São Paulo (N 97); Le Monde Diplomatique (N 16); Mídia Ninja (N 26); Veja (N 88) e Zero Hora (N 91). Neste artigo focamos nas notícias referentes a pandemia e a saúde dos povos indígenas.

---

<sup>2</sup> Expressão usada pelo governo ao se referirem ao desmatamento e as mudanças que propõem para as especulações da grilagem e mineradoras em territórios indígenas no Brasil.

<sup>3</sup> O decreto nº 7336, de 19 de outubro de 2010 cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) que é responsável pela execução da Política Nacional de Saúde da População Indígena (PNASPI). (BRASIL, 2010).

<sup>4</sup> A Portaria nº 1.801, de 9 de Novembro de 2015 define como um dos Subtipos de Estabelecimentos de Saúde Indígena no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS) as Casas de Saúde Indígena (CASAI) que, de acordo com o artigo 6º deste mesmo documento, é o estabelecimento responsável pelo apoio, acolhimento e pela assistência aos indígenas referenciados à Rede de Serviços do SUS para realização de ações complementares de atenção básica e de atenção especializada, sendo destinada também aos acompanhantes, quando necessário. (BRASIL, 2015).



O processo de análise dos achados da pesquisa permitiu a identificação de algumas categorias que emergiram, tais como: as *violações e desresponsabilização* do governo Bolsonaro com relação a saúde e os direitos dos povos originários na pandemia; a mortalidade dos indígenas em especial o significado da morte dos anciões/os velhos; as iniciativas do Supremo Tribunal Federal (STF) e da justiça em defesa dos direitos indígenas neste contexto de pandemia; e a resistência de diferentes etnias para o enfrentamento da pandemia e suas proteções diante dos ataques aos territórios e a suas vidas.

A fim de elucidar essa discussão sobre as iniciativas e negligências do governo Bolsonaro, foram selecionadas, intencionalmente, cinco notícias que abordam as seguintes questões: isolamento e violências, acesso a direitos sociais básicos e vacinação. E, ainda, uma notícia do início de 2021 incluída nesse artigo pela pertinência do assunto.

O isolamento recomendado em todo o mundo não foi possível para muitos grupos populacionais, muitos corpos que antes da pandemia já eram alvos. As prioridades do governo atual no período da pandemia agudizaram as desigualdades sociais, impossibilitando a . As notícias: “*Projeto aprovado na Câmara permite ações religiosas com índios isolados*” (LEITÃO, 2020, n. p.) e *Governo impede ajuda de Médicos Sem Fronteiras a indígenas com Covid-19* (CARTA CAPITAL, 2020, n. p.) demonstram a contradição dessas prioridades, ao passo que a atenção governamental num momento de saúde pública calamitosa foi o contato de religiosos com indígenas isolados em detrimento da chegada de equipes de saúde.

A notícia sobre tais ações religiosas afirma que esse trecho foi adicionado após pressão do Centrão. O projeto, com relatoria da deputada indígena Joenia Wapichana, era considerado um avanço, no entanto, após a modificação da proposta, o trecho sobre as ações religiosas “foi chamado pelos indigenistas de “jabuti”, nome dado a pontos que não têm relação com o tema original do projeto e que são incluídos de última hora” (LEITÃO, 2020, n. p.). Em contraponto, o governo vetou a possibilidade das equipes do Programa Mais Médicos prestarem assistência a sete aldeias da etnia Terena, localizadas no Mato Grosso do Sul (MS). Tal tentativa de cuidado com a saúde indígena foi a partir de solicitação da própria APIB diante da falta de iniciativas da SESAI. No entanto, a organização foi impedida de prestar atendimentos nessas aldeias pelo governo.

Ainda sobre a saúde indígena no período da pandemia, principalmente em relação ao rastreio dos casos, atendimento e monitoramento dos mesmos, a notícia “*Bolsonaro veta obrigação de governo fornecer água potável, higiene e leitos hospitalares a indígenas*” (CARVALHO, 2020, n. p.) elucidava esse descaso. Foram vetadas as seguintes obrigações:



garantia de acesso universal à água potável; distribuição gratuita de materiais de higiene, de limpeza, materiais informativos; acesso à internet nas aldeias, oferta emergencial de leitos hospitalares e de unidade de terapia intensiva (UTI).

A notícia intitulada “*Governo admite falta de barreira sanitária contra a covid-19 em oito terras indígenas*” (ONOFRE; MACHADO, 2020, n. p.) demonstra o reconhecimento do governo sobre o descaso em relação à saúde indígena, corroborando com o genocídio desses povos. Após quatro meses da pandemia, um levantamento feito pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) registrava 19,7 mil casos e 590 óbitos (ONOFRE; MACHADO, 2020, n. p.).

Tais notícias trazem o descaso, não só em não pensarem em políticas públicas eficazes de proteção destinadas aos povos indígenas, mas também o desrespeito para com esses povos, bem como o projeto político adotado por este governo. Como consequência disso, Bolsonaro é denunciado à ONU por descaso na proteção dos povos indígenas. É preciso lembrar que a equidade é um dos pilares do SUS, com atenção especializada às demandas e às realidades das comunidades e suas culturas e memórias.

A notícia “*Os desafios da vacinação contra a Covid-19 entre indígenas*” (LEITÃO, 2021, n. p.) enfatiza que muitos indígenas, especialmente os mais velhos, inicialmente não quiseram receber a vacina. No entanto, após conversa com equipe de saúde, compreenderam sua importância. Isso demonstra a efetividade das fake news, distribuída também e principalmente por Bolsonaro, para a disseminação de desinformações e violências. Esse cenário explicita a contradição de que o acesso à direitos básicos, como a água, não chega, mas a onda de desinformação, sim. Isso nos deixa a pergunta: que memória os povos indígenas terão desses mais de dois anos e quanta sabedoria foi interrompida pela irresponsabilidade governamental?

Com relação a importância do STF no processo de garantia de direito à saúde dos povos indígenas, neste período de pandemia e da política anti-indígena do governo federal, podemos dizer que foi por meio da luta dos povos indígenas que, de forma autogestionada e em conjunto com outros seis partidos políticos (PSB, REDE, PSOL, PT, PDT e PC do B), interpelaram a ação de Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental e que houve então o julgamento do STF para que o direito à saúde dos povos indígenas fosse garantido. Com isso, o governo foi obrigado a elaborar o Plano de Enfrentamento da Covid-19 entre os povos indígenas. Nas notícias analisadas se reconheceu o papel do STF neste processo, como por exemplo: “STF pode prevenir extermínio indígena” (AMPARO, 2020, n.p.). A reportagem chama atenção para a história



dos povos indígenas que na pandemia “é escrita a sangue” e que o governo por si só ou por diálogo não vai resolver” o direito à saúde. No jornal Folha de São Paulo (2020), foi publicado “ADFP 709 No Supremo: Povos indígenas e o direito de existir!” (ELOY, 2020, n.p.), exaltando a importância do julgamento no plenário do STF, do referendo da liminar proferida pelo ministro Luís Roberto Barroso. E a outra reportagem “é o grito de socorro dos povos indígenas no judiciário, sendo invocado o sagrado direito de existir dos povos indígenas e de não serem exterminados, buscando assim medidas para evitar o genocídio e etnocídio dos povos indígenas do Brasil”. Até o julgamento, foram diversas negativas do ministro do STF, como abordado na matéria que “Barroso rejeita plano do governo de combate à Covid entre indígenas” (CARTA CAPITAL, 2020, n.p.). As inúmeras negativas se devem à inoperância do governo em não cumprir as prerrogativas reivindicadas pelos indígenas ao direito à saúde, sendo necessários ajustes a pedido do STF, pois persistiram deficiências essenciais à efetividade do Plano de Enfrentamento da Covid-19 entre os povos indígenas. Chegou a falar em tom de desabafo:

É inadmissível que após quase 10 meses de pandemia, não tenha a União logrado o mínimo: oferecer um plano com seus elementos essenciais, situação que segue expondo a risco a vida e a saúde dos povos indígenas e que mantém em aberto o cumprimento da cautelar deferida o cumprimento da cautelar deferida por este Juízo. (CARTA CAPITAL, 2020, n.p.)

Neste período de pandemia a luta dos indígenas e o STF foram fundamentais para as conquistas alcançadas. Outra importante atuação do STF é sobre o auxílio emergencial. Na Revista Veja, é publicada a matéria “Justiça determina que auxílio emergencial seja facilitado a indígenas” (LEITÃO, 2020, n.p.). A Justiça determinou então que a Fundação Nacional do Índio (Funai) e outros órgãos adotem medidas de apoio e auxílio aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais do Estado do Amazonas durante a pandemia do coronavírus. A decisão prevê que as instituições devem tomar diversas providências para evitar que esses povos tenham que se deslocar em busca de benefícios devido ao risco de contaminação com a Covid-19, considerando a vulnerabilidade dos povos indígenas, com relação aos quais há estudos que indicam uma possibilidade de agravamento do problema, somado à falta de aparato hospitalar na região. A questão do saque do auxílio emergencial também foi bastante pautada por diferentes etnias no Brasil, tendo inclusive a recomendação do Ministério Público de medidas diferenciadas para concessão do auxílio emergencial a povos indígenas desta Região. Os impactos das políticas públicas não indigenistas na vida desta população revelam problemas crônicos das instituições do Estado e a degradação promovida pelo governo anti-indígena. Contudo, a luta indígena é a luta pela existência humana.



Outro tema de alerta que levou o movimento indígena a recorrer à justiça se refere a da entrada de evangélicos nas aldeias de indígenas isolados na região amazônica, em função do perigo de contaminação destes povos. A matéria da revista Carta Capital traz a informação que “Juiz impede que missionários se aproximem de indígenas isolados na Amazônia” (AFP, 2020, n.p.). O pedido parte da organização indígena Univaja, que também já havia condenado a nomeação em fevereiro de um pastor para um departamento dedicado à proteção de tribos isoladas ligado à Funai. São diversas realidades expostas de ameaças aos povos indígenas no período pandêmico que refletem as explorações vivenciadas desde o período da invasão das suas terras e incidem em suas territorialidades até os dias de hoje. A pandemia decorrente da COVID-19 apenas evidenciou o risco vivido pelos povos indígenas desde o período do Estado.

Outro destaque entre as notícias analisadas se trata das mortes de anciões indígenas decorrentes da COVID 19. Isto pode significar interromper a produção e reprodução de culturas indígenas no espaço geográfico, pois a memória e a espiritualidade possuem a oralidade como forma de se conectarem aos seus ancestrais e é a figura dos indígenas mais velhos que detêm este papel. A título de exemplo, trazemos a notícia do jornal Folha de São Paulo: “Liderança do Alto Xingu, cacique Aritana morre aos 71 anos vítima de Covid-19” (PRESTES, 2020, n.p.). O cacique era uma das lideranças mais tradicionais da região e um dos últimos falantes do idioma tradicional de seu povo, o Yawalapiti. Morre com o cacique Aritana uma parte da história do seu povo. Também dados da Mídia Ninja trazem que ao menos 170 anciões indígenas já morreram de Covid-19 (NINJA, 2020, n.p.). É um dado extremamente arrasador, como traz Eliane Xunakalo: “Perder um ancião é o mesmo que fechar um livro. Ou mesmo queimar um livro” (NINJA, 2020, n.p.). Ou seja, uma vida que morre, são muitas outras que também morrem. Contudo, o risco das contaminações nas comunidades indígenas é muito maior. O alerta da matéria publicada na Revista Veja “Será um extermínio”, diz Sebastião Salgado sobre índios e Covid-19 (SALGADO, 2020, n.p.), que ao ser questionado se poderia ser um exagero considerar um genocídio dos povos indígenas responde:

O exagero é o Brasil reduzir a importância e a gravidade da doença. Sabemos que o número de mortos e infectados é bem maior do que o divulgado, em razão da falta de testes. Genocídio é quando existe o do desejo proposital de eliminar um grupo étnico. É isso que o governo presente está tentando fazer. Muitos morrerão, será um extermínio. (SALGADO, 2020, n.p.).

Neste contexto de desespero dos indígenas, as notícias analisadas registram os pedidos de socorro dos povos originários aos movimentos sociais, pois os mesmos denunciam cotidianamente os ataques sofridos de modo avassalador. E, por isso, destacamos aqui a



resistência e as iniciativas de proteção dos povos indígenas frente às inúmeras violações de direitos, agravadas no período da pandemia. Inicialmente destacamos a importância e protagonismo da Articulação dos Povos Indígenas (APIB), na denúncia de omissão do Governo Federal e da FUNAI na criação de um plano emergencial para os povos indígenas, como descrito em notícia veiculada no Jornal Zero Hora em abril de 2020, cuja manchete anuncia “Articulação dos Povos Indígenas faz alerta para casos de Covid-19 no Nordeste” (FOLHAPRESS, 2020, n.p.).

Em maio do mesmo ano, como resultado da Assembleia Nacional de Resistência Indígena, que aconteceu nos dias 8 e 9 de maio de 2020, foi criado o Comitê Nacional pela Vida e Memória dos Povos Indígenas, tendo como organizadores a APIB juntamente com todas as suas organizações de base (APIB, 2020, n.p.). O Comitê faz o monitoramento do número de casos de COVID entre a população indígena, mortes ocasionadas pela doença e traz informações sobre os povos atingidos pela doença e tem como objetivo de “denunciar a ação etnocida do Estado brasileiro diante da pandemia da Covid-19 e valorizar a vida e memória dos povos indígenas do Brasil atingidos pelo novo coronavírus” (APIB, 2020, n.p.). A criação desse monitoramento pelas organizações dos povos indígenas também denuncia a negligência do Estado, a falta de transparência e o não detalhamento da população indígena afetada pela SESAI.

Ainda falando sobre as resistências no tempo da pandemia, na falta de iniciativas do Governo Federal, destacam-se notícias que trazem a iniciativa de organização dos próprios povos para a sua proteção, como a notícia veiculada pela Zero Hora, que diz: “Para evitar contaminação, povo guarani adapta vida tradicional e cria isolamento comunitário” (FOLHAPRESS, 2020, n.p.); e também na Folha de São Paulo: “Sem esperar governo, indígenas fecham estradas e expulsam garimpeiros contra coronavírus” (MAISONNAVE, 2020, n.p.).

Outra manchete que chama a atenção é da notícia veiculada pela Mídia Ninja, que refere: “Indígenas reforçam modo de vida tradicional para combater pandemia da covid-19” (PONTES, 2020, n.p.). A matéria menciona que com a pandemia do COVID-19 as populações indígenas da Amazônia se mantiveram em auto isolamento “para evitar o avanço do contágio da Covid-19 em suas aldeias e, com isso, foram reforçados os modos de vida e a relação ancestral com a floresta” (PONTES, 2020, n.p.). A notícia destaca sobre a organização para a manutenção do abastecimento de comida, insumos e como se deu o isolamento, coordenado pelos próprios povos e faz uma referência ao quanto esse processo aproxima os povos da sua ancestralidade.



Evidencia-se nesta categoria o quanto esses povos resistiram, a partir de organização e meios próprios, mas também faz com que se retome a discussão sobre a omissão do Estado nesse contexto e, se compreende que tal omissão não ocorre por pura ingenuidade ou ineficiência do Governo, pelo contrário, faz parte de um projeto político que é conivente com as inúmeras violações de direitos dos povos indígenas e, como aborda a notícia do Jornal Le Monde Diplomatique sobre a “Defesa dos Indígenas contra a COVID-19” (NEVES, 2020, n.p.), sobre a questão indígena “além da sabida morosidade da burocracia estatal, o Brasil vive sob a égide de uma política que tem por objetivo eliminar os direitos inscritos na Constituição de 1988 e em acordos internacionais dos quais é signatário” (NEVES, 2020, n.p.). E é diante desse cenário que essas iniciativas de resistência vêm sendo veiculadas na mídia, mas a resistência dos povos indígenas não é um destaque apenas neste período de pandemia da COVID-19, é algo permanentemente em destaque nos meios midiáticos e fazem parte da realidade desses povos, a luta pela sobrevivência e pela garantia de seus direitos e, por isso, é necessário evidenciar e colocar essa resistência em destaque, como aqui o fazemos.

### **III. CONCLUSÃO**

Os coletivos indígenas no Brasil são, cada vez mais, alvo de retirada de seus direitos e, portanto, do acesso às políticas indigenistas. Observamos que a discussão sobre a questão indígena e o direito originário aos territórios indígenas como sendo indissociável à proteção social dos povos originários, ou seja, a sua própria vida e saúde. Se existem interesses de tomada dos territórios indígenas por parte do capital financeiro incentivada pelo governo, há também a constante desproteção, pois acabam expostos às condições de vida que lhes são impostas através da pobreza, opressão, racismo, invisibilidade e subalternidade. E isto não foi diferente no contexto pandêmico. Oficialmente, até 01 de abril de 2022, 70.286 pessoas indígenas foram contaminadas pela Covid-19, de 162 povos distintos. Dessas, 1.296 morreram.

A luta indígena é a luta pela existência humana. As violações históricas aos direitos indígenas, que se agravam no cenário da pandemia Covid-19, são reflexos de uma sociedade que não legitima socialmente as diferentes necessidades sociais e culturais. Se existem os direitos indígenas, assim como as políticas indigenistas, elas são resultado de lutas sociais e, ainda assim, são contraditórias e não atendem às reivindicações históricas dos povos indígenas, ainda mais quando essas conquistas se corroem e se desestruturam em uma avalanche de ataques. O que vimos é que a resistência indígena está na raiz profunda da ancestralidade, pois assim que uma notícia de violação de direitos é publicada,



como as que são referentes à situação dos povos indígenas na pandemia da Covid-19, identificamos iniciativas concomitantes de resistência e de denúncia dos povos indígenas nos meios midiáticos analisados. Além disso, não há como dissociar as vulnerabilidades e os riscos dos povos originários da questão dos territórios indígenas que são alvo de ataques e invasões, por isto assim como a oralidade, a escrita tem sido uma estratégia de resistência e de memória desses tempos. Avante com nossos ancestrais.

## REFERÊNCIAS

AFP, Agência de Notícias Francesa. Juiz impede que missionários se aproximem de indígenas isolados na Amazônia. **Carta Capital**, 14 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/juiz-impede-que-missionarios-se-aproximem-de-indigenas-isolados-na-amazonia/>>. Acesso em: 28 de mar. de 2022.

APIB, Comitê Nacional da Vida e Memória Indígena. **Dados Covid-19: Emergência Indígena**, 2020. Site com o objetivo de denunciar a ação etnocida do Estado brasileiro diante da pandemia da Covid-19 e valorizar a vida e memória dos povos indígenas do Brasil atingidos pelo novo coronavírus. Disponível em: <[http://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados\\_covid19/](http://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/)>. Acesso em: 01 de abr. de 2022.

AMPARO, Thiago. STF pode prevenir extermínio indígena. **Folha de São Paulo**, 2 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/thiago-amparo/2020/08/stf-pode-prevenir-extermio-indigena.shtml>>. Acesso em: 22 de mar. de 2022.

BANIWA, Braulina; TUXÁ, Felipe Cruz; TERENA, Luiz Eloy. Pandemia da Covid-19 na vida dos Povos Indígena. *In: Revista Terena Vukápanavo*. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB (Organizador), 2020. Disponível em: <<https://apiboficial.org/2021/02/04/revista-terena-vukapanavo-publica-dossie-sobre-pandemia-da-covid-19-na-vida-dos-povos-indigenas/>>. Acesso em: 24 de mar. de 2022.

BERGAMO, Monica. Bolsonaro é denunciado à ONU por descaso na proteção dos povos indígenas. **Folha de São Paulo**, 13 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/07/bolsonaro-e-denunciado-a-onu-por-descaso-na-protecao-dos-povos-indigenas.shtml>>. Acesso em: 24 de mar. de 2022.

BERGAMO, Monica. Bolsonaro não se encontrou nenhuma vez durante a pandemia com secretário de políticas de saúde para os índios. **Folha de São Paulo**, 27 de ago. de 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/08/bolsonaro-nao-se-encontrou-nenhuma-vez-durante-a-pandemia-com-secretario-de-politicas-de-saude-para-os-indios.shtml>>. Acesso em: 24 de mar. de 2022.

CARTA CAPITAL. Bolsonaro veta obrigação de governo fornecer água potável, higiene e leitos hospitalares a indígenas. **Revista Carta Capital**, 21 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/governo-impede-ajuda-de-medicos-sem-fronteiras-a-indigenas-com-covid-19/>>. Acesso em: 25 de nov. de 2021.



CARVALHO, Daniel. Bolsonaro veta obrigação de governo fornecer água potável, higiene e leitos hospitalares a indígenas. **Folha de São Paulo**, 8 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/07/bolsonaro-veta-obrigacao-de-governo-fornecer-agua-potavel-higiene-e-leitos-hospitalares-a-indigenas.shtml>>. Acesso em: 24 de mar. de 2022.

ELOY, Luiz Henrique. ADPF 709 no Supremo: Povos Indígenas e o direito de existir! **Mídia Ninja**, 30 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://midianinja.org/luizhenriqueeloy/adpf-709-no-supremo-povos-indigenas-e-o-direito-de-existir/>>. Acesso em: 01 de abr. de 2022.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; DOMINGOS, Angélica Kaingang. **Políticas Indigenistas**: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas. Porto Alegre: Editora UFRGS/CEGOV, 2020. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218334>>. Acesso em: 01 de abr. de 2022.

FILHO, Eduardo. “Será um extermínio”, diz Sebastião Salgado sobre índios e Covid-19. **Revista Veja**, 8 de maio de 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/saude/sera-um-extermínio-diz-sebastião-salgado-sobre-índios-e-covid-19/>>. Acesso em: 28 de mar. de 2022.

FOLHAPRESS. Para evitar contaminação, povo guarani adapta vida tradicional e cria isolamento comunitário. **Zero Hora, GZH Digital**, 20 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2020/06/para-evitar-contaminacao-povo-guarani-adapta-vida-tradicional-e-cria-isolamento-comunitario-ckbnjq2qv000q01jf33nzia69.html>>. Acesso em: 28 de mar. de 2022.

FOLHAPRESS. Articulação dos Povos Indígenas faz alerta para casos de Covid-19 no Nordeste. **Zero Hora, GZH Digital**, 24 de maio de 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2020/04/articulacao-dos-povos-indigenas-faz-alerta-para-casos-de-covid-19-no-nordeste-ck9bgn66n02hs01p5narfu3u0.html>>. Acesso em: 28 de mar. de 2022.

Governo impede ajuda de Médicos Sem Fronteiras a indígenas com Covid-19. **Carta Capital**, 21 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/governo-impede-ajuda-de-medicos-sem-fronteiras-a-indigenas-com-covid-19/>>. Acesso em: 27 de mar. de 2022.

LEITÃO, Matheus. Justiça determina que auxílio emergencial seja facilitado a indígenas. **Revista Veja**, 29 de maio de 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/justica-determina-que-auxilio-emergencial-seja-facilitado-a-indigenas/>>. Acesso em: 25 de mar. de 2022.

LEITÃO, Matheus. Os desafios da vacinação contra a Covid-19 entre indígenas. **Revista Veja**: 12 de fev de 2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/os-desafios-da-vacinacao-contr-a-covid-19-entre-indigenas/>>. Acesso em: 23 de nov. de 2021.



LEITÃO, Matheus. Projeto aprovado na Câmara permite ações religiosas com índios isolados. Revista **Veja**: 22 de mai. de 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/projeto-aprovado-na-camara-permite-acoes-religiosas-com-indios-isolados/>>. Acesso em: 23 de nov. de 2021.

MACIEL, Mariana Martins; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; DOMINGOS, Angélica Kaingang. Proteção Social aos Povos Indígenas: avanços e ameaças no Estado Brasileiro. IN: **Políticas Indigenistas**: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas. Porto Alegre: Editora UFRGS/CEGOV, 2020, p. 80-106. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218334>>. Acesso em: 01 de abr. de 2022.

MAISONNAVE, Fabiano. Sem esperar governo, indígenas fecham estradas e expulsam garimpeiros contra coronavírus. **Folha de São Paulo**, 3 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/sem-esperar-governo-indigenas-fecham-estradas-e-expulsam-garimpeiros-contra-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 28 de mar. de 2022.

NINJA. Ao menos 170 anciãos já morreram de Covid-19. **Mídia Ninja**, 21 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://midianinja.org/news/ao-menos-170-anciaos-indigenas-ja-morreram-de-covid-19/>>. Acesso em: 28 de mar. de 2022.

NINJA. Indígenas reforçam modo de vida tradicional para combater pandemia da covid-19. **Mídia Ninja**, 24 de maio de 2020. Disponível em: <<https://midianinja.org/news/indigenas-reforcam-modo-de-vida-tradicional-para-combater-pandemia-da-covid-19/>>. Acesso em: 28 de mar. de 2022.

ONOFRE, Renato; MACHADO, Renato. Governo admite falta de barreira sanitária contra a covid-19 em oito terras indígenas. **Jornal Folha de São Paulo**, 31 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/07/governo-admite-falta-de-barreira-sanitaria-contra-a-covid-19-em-8-terras-indigenas.shtml>>. Acesso em: 26 de nov. de 2021.

PRESTES, Mônica. Liderança do Alto Xingu, cacique Aritana morre aos 71 anos vítima de Covid-19. **Folha de São Paulo**, 5 de ago. de 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/08/lideranca-do-alto-xingu-cacique-aritana-morre-aos-71-anos-vitima-de-covid-19.shtml>>. Acesso em: 22 de mar. de 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa; NEVES, Lino João de Oliveira. Defesa dos indígenas contra a Covid-19. **Le Monde Diplomatique**, 31 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/defesa-dos-indigenas-contra-a-covid-19/>>. Acesso em: 28 de mar. de 2022.

TEIXEIRA, Matheus. Barroso rejeita pela 3ª vez plano do governo para barrar Covid em terra indígena. **Folha de São Paulo**, 18 de dez. de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/12/barroso-rejeita-pela-3a-vez-plano-do-governo-para-barrar-covid-em-terra-indigena.shtml>>. Acesso em: 22 de mar. de 2022.

ZANINI, Fábio. Irmãos Bolsonaro e membros do governo visitaram indígenas na Amazônia sem usar máscaras. **Folha de São Paulo**, 23 de set. de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/09/irmaos-bolsonaro-e-membros-do>>



[governo-visitaram-indigenas-na-amazonia-sem-usar-mascaras.shtml](#)>. Acesso em: 24 de mar. de 2022.